

Trabalhadores e Trabalhadoras deliberaram: Próxima assembleia será no hall do 13º andar do Herm Stoltz!

Trabalhadores e trabalhadoras da Eletrobras, reunidos em assembleia dia 01/08 na sede da AEEL, debateram temas importantes para a categoria como Reestruturação, PAE, Requisitados/Artigos 37, Resultado da consultoria sobre os planos de benefícios da Eletros e SGD, que continuam pendentes de resposta e/ou esclarecimentos por parte da Eletrobras.

Infelizmente a direção da Empresa mantém a velha postura antidemocrática de não dialogar com as Entidades de Representação dos Trabalhadores, que têm suas solicitações de reunião, com objetivo de sanar tais pendências, com o senhor DJ, ignoradas desde janeiro de 2017.

Lembramos que essa postura antidemocrática levou trabalhadores e trabalhadoras, num passado recente, a concentrarem-se na sala do Presidente Wilson Pinto até ele se dignasse em recebê-los.

Com relação aos assuntos debatidos, seguem alguns esclarecimentos.

Reestruturação

Os sindicatos da Base Rio estarão nos dias 02 e 03/08 debatendo, juntamente com o CNE/FNU e demais sindicatos, os rumos que serão tomados, uma vez que, em busca de negociação e diálogo, as Entidades haviam dado prazo à Eletrobras até o dia 25/07/17 para obter uma resposta positiva a essa demanda. Infelizmente a empresa não cumpriu sua parte e cancelou a reunião do dia 25/07/17.

PAE

A Representação dos Trabalhadores informou que apesar da empresa ter prorrogado o prazo inicial de adesão, a ação encontra-se em curso, todavia ainda não temos um posicionamento da justiça sobre o assunto.

Requisitados/Artigos 37

Não nos cansamos de lamentar o descaso e a falta de reconhecimento com as quais a Eletrobras trata os trabalhadores e trabalhadoras que tanto contribuíram para o crescimento da holding, muitos deles são requisitados. A Representação dos Trabalhadores nunca concordou com "aqueles requisitados" que vinham para a holding compor a *famosa* "Ponte Aérea".

Ao contrário do que anunciou vaidosamente o senhor Wilson Pinto, na primeira reunião com os trabalhadores e trabalhadoras no Hotel Guanabara, "que todos os requisitados seriam devolvidos à sua empresa de origem e os Artigos 37 demitidos", temos ciência de que apesar dos requisitados ainda estarem em processo de devolução, os Artigos 37, ao

menos 5 (cinco) permanecem na holding. A permanência deles contraria a decisão do próprio Conselho de Administração, que deliberou pela sua permanência desde que houvesse necessidade por parte da Empresa e se estivessem enquadrados no staff de "Notório Saber". É perceptível que os famigerados Artigos 37, que continuam debaixo dos tapetes da Empresa, não possuem nenhum "Notório Saber", mas sim "Notório Apadrinhamento Político".

Consultoria sobre o Plano BD

É sabido que as consultorias realizadas pela Fundação Eletros e pela patrocinadora Eletrobras foram finalizadas, porém, como o Senhor DJ tem se negado a conversar com as Entidades de Representação, não temos maiores detalhes sobre quais definições ou ações serão ou estão em curso para resolver o problema dos déficits do plano BD.

SGD

A Empresa fechou o ciclo de avaliação no mês de novembro de 2016 e os trabalhadores e trabalhadoras que cumpriram suas metas têm direito a recompensa financeira de acordo com a sua pontuação. Entretanto, até agora, não foi definido um cronograma de pagamento.

Ratificamos que a falta de interlocução com as Entidades de Representação vem cooperando para que trabalhadores e trabalhadoras fiquem apreensivos e agitados, o que afeta diretamente o ambiente de trabalho e não é nada salutar para a Empresa.

Diante disso, na assembleia, trabalhadores e trabalhadoras deliberaram por realizar uma plenária no hall do 13º andar do edifício Herm Stoltz, em data a definir, com o objetivo de chamar a atenção tanto do Presidente Wilson Pinto, quanto do Diretor Jurídico Alexandre Aniz, para a necessidade real de abertura de diálogo e negociação das pendências citadas com a Representação dos Trabalhadores.

Finalizando, foi solicitado à Representação dos Trabalhadores que sejam realizados nas empresas seminários, nos moldes do realizado nos dias 19 e 20/07/17, para debatermos e apresentarmos propostas para a Audiência Pública referente a mudança no marco regulatório do Setor Elétrico, e que os documentos gerados nesses seminários sejam disponibilizados a todos.

As Entidades reconhecem a necessidade desse debate no âmbito das empresas e se comprometeram a programar um seminário na sede da AEEL, possivelmente em setembro.

Com relação ao material produzido no seminário já realizado, será disponibilizado assim que for finalizado no CNE/FNU e entregue no MME.

Sobre o seminário já realizado, compartilhamos o boletim que a Intersindical Norte divulgou.

CNE VAI ENVIAR CONTRIBUIÇÕES ÀS CONSULTAS PÚBLICAS DO MME

O Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), através de suas entidades componentes, deverá apresentar contribuições às Consultas Públicas N° 32 e 33 do Ministério de Minas e Energia, que visam respectivamente propor “Princípios para Reorganização do Setor Elétrico Brasileiro” e “Alterações ao Marco Regulatório do Setor Elétrico”.

A decisão faz parte das deliberações do SEMINÁRIO “PRIVATIZAR NÃO É A SOLUÇÃO”, realizado em Brasília na semana passada, reunindo dirigentes sindicais de todo o Brasil e diversos estudiosos do setor elétrico nacional.

A intenção do CNE é principalmente fazer o contraponto às propostas que vem sendo apresentadas pelos agentes do setor elétrico, marcadas fortemente por uma visão do

mercado em detrimento da preservação das empresas do setor elétrico, como patrimônio do povo brasileiro.

Como sabemos, as empresas do Sistema Eletrobras - que compõem tanto o sistema elétrico nacional, quanto os sistemas isolados - são, além de empresas de energia elétrica, importantes agentes de desenvolvimento regional em regiões extremamente pobres, casos da Eletronorte e Chesf. Assim também são Furnas e Eletrosul, responsáveis pela geração e transmissão de energia na região mais desenvolvida do Brasil, bem como a Eletronuclear, que detém todo o conhecimento estratégico da Energia Nuclear.

Pensar o setor elétrico sem essas empresas é não pensar no Brasil, além do que as propostas de renovação do marco regulatório do setor

elétrico já trazem consigo a ameaça de aumento imediato das tarifas de energia elétrica, como foi amplamente divulgado por jornais de circulação nacional.

O CNE, através de suas entidades, consultou representantes das empresas do Sistema Eletrobras e nenhum deles sabia das Consultas Públicas, principalmente a de número 33, o que trouxe uma certa preocupação, visto que ficar alheio ao processo demonstra que a gestão de Wilson Pinto não é essa excelência que ele tenta passar ao mercado.

Será muito importante que os trabalhadores, conhecedores das regras de mercado e legislação do setor elétrico, contribuam para que possamos formular uma proposta composta de diversos pontos e apresentarmos às consultas.



CONSULTAS PÚBLICAS
OS/AS TRABALHADORES/AS TEM PROPOSTAS!

<http://www.mme.gov.br/web/guest/consultas-publicas>

Juntos somos sempre mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL (clique aqui) OU AO SINDICATO DE CLASSE (links nas logos abaixo)

A Diretoria, em 3 de agosto de 2017.

Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL

